

economia

Recuo do dólar favorece avanço das importações

Variação cambial influencia diretamente o fluxo do comércio exterior

/ CONJUNTURA

Alessandra Xavier

alessandram@jcrs.com.br

A recente queda do dólar, que levou a moeda norte-americana a baixar do patamar de R\$ 5,00 - menor valor de fechamento em dois anos - reforça os efeitos do câmbio sobre a economia brasileira. Segundo Rodrigo Salvato, presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS) e economista-chefe do Sindilojas Porto Alegre, o comportamento cambial influencia diretamente o fluxo do comércio exterior.

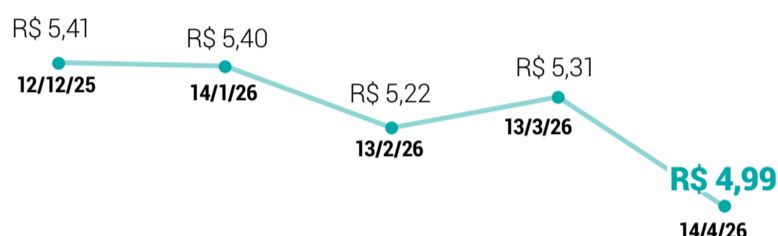
Em um cenário de valorização do real, a tendência é de redução na margem de lucro dos exportadores, já que os produtos brasileiros se tornam relativamente mais caros no mercado internacional. O primeiro reflexo desse movimento ocorre justamente nas relações de importação e exportação, que passam a se ajustar ao novo patamar da moeda.

A medida que a cotação entre dólar e real se aproxima, há um estímulo ao fortalecimento do mercado interno. Esse equilíbrio favorece a concorrência entre bens nacionais e importados, além de ampliar o acesso a produtos estrangeiros com preços mais competitivos. Em contrapartida, quando a moeda brasileira se desvaloriza, o país ganha em competitividade externa, o que tende a impulsionar as vendas para outros países.

Nesse contexto, Salvato destaca que os exportadores estão entre os mais afetados, sobretudo aque-

Variação do dólar comercial

Cotação de fechamento, em R\$



les com contratos já firmados. Com a compressão das margens, empresas passam a revisar a viabilidade dessas operações e, em alguns casos, reavaliam acordos e parcerias comerciais.

Entre os fatores que explicam a queda recente do dólar, Salvato destaca, em primeiro lugar, o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos, que favorece a entrada de capital estrangeiro no País e contribui para a valorização do real. Outro ponto é o comportamento dos investidores internacionais diante das incertezas no Oriente Médio, especialmente em relação aos Estados Unidos. Tradicionalmente considerada um ativo mais seguro, proporcionando maior rentabilidade, a moeda norte-americana perde parte da atratividade em cenários de instabilidade, levando investidores a diversificar aplicações em mercados emergentes, como o brasileiro.

“Os Estados Unidos estão sinalizando que vão continuar na guerra e isso causa um aumento de gastos muito grande para o País. Assim, os investidores começam a questionar se os norte-americanos vão ter fôlego para cumprir com a elevação das dívidas. Esse movimento de incerteza

também faz com que os investidores busquem outros mercados, como o Brasil”, explica Salvato.

Além disso, recordes no aumento das exportações brasileiras de petróleo contribuem para o cenário. Com tensões no Estreito de Ormuz, o Brasil ganha espaço no mercado internacional, ampliando suas vendas e fortalecendo o ingresso de dólares na economia.

Apesar da queda recente, as projeções indicam possível reversão ao longo do ano. O Boletim Focus do Banco Central aponta expectativa de alta da moeda americana, com cotação em torno de R\$ 5,30 até o fim de 2026. Para Salvato, o atual movimento de baixa tende a ser temporário, influenciado por fatores conjunturais, como a inflação ainda pressionada.

No Rio Grande do Sul, a projeção é de desempenho ligeiramente superior à média nacional, ainda que em ritmo mais moderado. O economista também chama atenção para o elevado nível de endividamento das famílias, especialmente no estado, o que reduz a capacidade de consumo. Esse fator, aliado ao menor ritmo de crescimento, tende a limitar a expansão tanto do varejo quanto da produção ao longo do ano.

Governo fixa juros de até 1,99% ao mês para dívidas renegociadas

As dívidas de pessoas físicas refinanciadas pelo programa contra o endividamento em elaboração pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverão ter uma taxa de juros de até 1,99% ao mês.

Na última semana de março, a taxa média praticada pelo mercado para o crédito pessoal não consignado prefixado foi de 6,8% ao mês, segundo dados do Banco Central.

A expectativa é que o programa gere de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões de novas dívidas repactuadas, de um total de financiamentos em atraso da ordem de R\$ 70 bilhões a R\$ 100 bilhões.

A taxa de financiamento das novas dívidas após a quitação dos empréstimos antigos com desconto foi discutida em reunião nesta segunda-feira (13), em São Paulo, entre o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e representantes dos bancos.

Essas novas dívidas serão garantidas pelo FGO (Fundo de Garantias de Operação) em caso de calote dos devedores. O fundo deverá ter um aporte orçamentário entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões para fazer frente ao programa, segundo pessoas a par do tema ouvidas pela reportagem.

O financiamento vai abarcar três tipos de linhas de crédito em atraso: cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado. Essas três linhas são consideradas mais arriscadas porque nenhuma delas tem garantia, como acontece com o crédito consignado, no qual as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento ou da aposentado-

ria e pensão do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Cada instituição financeira poderá empacotar (unificar o saldo) os três tipos de dívida de cada cliente (CPF). Sobre esse valor global da dívida, o banco dará o desconto que poderá chegar a 90%. Serão renegociadas dívidas de pessoas físicas que ganham até cinco salários mínimos (R\$ 8.105).

O desconto vai ser proporcional ao dia de atraso. Quanto mais velha a dívida, maior será o abatimento do valor total. Por exemplo, uma dívida de 100 dias de atraso terá que ter um desconto bem menor do que uma de 300 dias sem pagamento.

A proposta em discussão é que a dívida velha seja quitada e surja uma dívida nova, que já vai nascer mais barata, com juros menores. A pessoa endividada terá que buscar a negociação em cada banco em que tiver contraído a dívida. Por exemplo, se tiver dívidas em três bancos diferentes, terá que fazer a negociação em cada um deles. O programa deve durar três meses, segundo integrantes do governo a par das negociações.

A Fazenda e os bancos ainda discutem pontos relevantes do programa, como o período de atraso das dívidas elegíveis. O governo defende que possam ser refinanciadas, com garantia do FGO, dívidas com atraso superior a 61 dias e de até 360 dias. Já os bancos propõem a repactuação de débitos com mais de 91 dias e até três anos de inadimplência faixa que demanda maior volume de provisões que os bancos têm que fazer nos seus balanços.

FMI corta previsão para economia global, mas eleva PIB do Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a projeção de crescimento da economia global para 2026 e alertou para o risco de recessão caso a guerra no Oriente Médio se prolongue. Ao mesmo tempo, a instituição elevou a estimativa para o Brasil, impulsionado pela alta das commodities energéticas.

Segundo o relatório Perspectiva Econômica Mundial, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global foi revisado de 3,3%

para 3,1% em 2026. A mudança reflete os impactos do conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã sobre preços de energia, cadeias produtivas e confiança dos mercados.

Para o Brasil, a projeção foi elevada de 1,6% para 1,9% no mesmo período. De acordo com o FMI, o país tende a ser menos afetado que economias da Ásia, Europa e África e pode até se beneficiar no curto prazo por ser exportador líquido de energia.

O FMI avalia que o cenário atual representa um risco maior para a economia global do que choques recentes, como a onda de tarifas comerciais dos Estados Unidos. Segundo o economista-chefe da instituição, Pierre-Olivier Gourinchas, a escalada no Golfo Pérsico pode ter efeitos significativamente mais graves do que o previsto.

No cenário considerado base, o conflito teria duração limitada, com preço médio do petróleo em

torno de US\$ 82 por barril em 2026. Ainda assim, haveria desaceleração global.

Em um cenário mais adverso, com petróleo acima de US\$ 100 por barril até 2027, o mundo poderia se aproximar de uma recessão. Já em uma hipótese mais severa, com preços chegando a US\$ 110 em 2026 e US\$ 125 em 2027, a inflação global ultrapassaria 6%, exigindo novos apertos monetários por parte dos bancos centrais.

Apesar do ambiente externo mais desafiador, o Brasil aparece entre os poucos países com revisão positiva nas projeções. O FMI atribui esse movimento ao aumento das receitas com exportações de petróleo e outras commodities (bens primários com cotação internacional). Inclusive, o crescimento brasileiro segue moderado em comparação com outras economias emergentes. Para 2027, a previsão é de expansão de 2%.